

ONDE SE ESCONDER?

Ultimos índios isolados na mata: as maiores vítimas (1)

por Mauro Leonel

Os pequenos grupos indígenas que sobrevivem isolados e autônomos na Amazônia, recusando o contato com a frente colonizadora, provocam a maior apreensão. Revelam, da maneira a mais aguda, a inconsistência da política indigenista oficial e a arrogância do endocolonialismo predatório, que avança, derrubando dois milhões de árvores por dia na imensa floresta condenada.

A expansão colonial, as estradas que a acompanham, têm sido quase sempre desastrosas às minorias étnicas. Surpreende apenas que um programa de desenvolvimento regional, com financiamento multilateral, a um custo de US\$ 1,5 bilhão, não tenha sido capaz de prevenir, reverter, ou ao menos atenuar práticas dignas da conquista, neste final de século, na última fronteira.

O Programa Polonoeste tinha como eixo a construção da primeira rodovia asfaltada da Amazônia, de 1.600 km, a BR-364, de Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO). Acompanhavam-na projetos de colonização, obras públicas, estradas secundárias, enfim, um pacote de "desenvolvimento integrado". A boa-vontade do planejador previu ainda programas de saúde, de defesa dos índios e do meio-ambiente.

Sem dúvida um plano deste tipo suporia, em primeira linha, a defesa dos grupos isolados, sua localização, a proteção de seus territórios e, se necessário, de sua saúde. E sobre-estimar a agência indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. E acreditar ingenuamente na disposição de

peito às minorias de um governo autoritário, - o Polonoroeste se iniciou em 1981 - com o poder tecnocrático militar que se impôs aos brasileiros, nas últimas décadas, e tutela hoje a transição à chamada Nova República.

Os índios isolados na mata, fora do controle da FUNAI, das missões religiosas, e sem contato com regionais, tiveram, no quadro do Polonoroeste, tratamento igual ao do passado. O mesmo do início do século, por exemplo, da construção das ferrovias Noroeste do Brasil (Carvalho, 1979) e Tocantins (Ribeiro, 1979). Tais práticas etnocidárias irão repetir-se na década de 70, com a Transamazônica, que atingiu mais de 30 grupos indígenas, 90% deles até então isolados (Davis, 1977).

A BR-364 mostrou-se apenas mais definitiva porque não deixou refúgio, e leva a colonização ao mais escondido canto da floresta. Nos anos 70, com a Transamazônica, os militares fracassaram ao levar "os homens sem terra para a terra sem homens", como pretendia o ex-presidente, general Garrastazu Medici. A estrada é hoje trafegável apenas em alguns trechos, impossível nas chuvas e as agrovilas não vingaram.

A colonização nos estados de Rondônia e Mato Grosso consolidou-se e veio para ficar. A estrada é asfaltada, portanto, trafegável em todas as estações. Rondônia, por exemplo, saltou de cem mil a um milhão e meio de habitantes em uma década. De 1970, com 0,46 habitante por km², chegou a 4,90 habitante por km² em 1986. Cerca de 2/3 dos migrantes aglomeraram-se nas novas cidades, as que mais crescem no mundo. Grande número de colonos opta hoje por nova migração para o norte, Acre ou Roraima, fugindo da malária e dos solos pobres. Deixam atrás de si metade das florestas do norte do Mato Grosso e Rondônia comprometidas. E avançam sobre outros grupos indígenas, também com territórios desprotegidos.

URUEUAU

Quando o Programa Polonoroeste se iniciou, estes índios, os Urueuauau, já eram legendários em Rondônia. Ocupavam as numerosas nascentes das serras de Paccas-Novas, Uopianes e Moreira Cabral. Surgidas das raras elevações da Amazônia, estas nascentes dão origem a dezenas de afluentes de formadores do rio Amazonas, como os rios Guaporé, Mamoré e Ji-Paraná.

Escorraçados dos grandes rios pelos colonizadores, predadores de índios, catadores de ouro, pelos inimigos Munduryku e, mais tarde, pelos seringalistas, no início do século, estes Tupi-Kawahib refugiaram-se nas nascentes das serras (Nimuedaju, 1981 1982).

Os Urueuauau, assim chamados por seus vizinhos Orouari (Pacaa-Nova), resistiram na virada do século passado à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, primeira grande tentativa de colonização frustrada, no auge da borracha. Mais tarde, a partir de 1910, a Comissão Rondon, célebre pelo pioneirismo na região, ao construir linhas telegráficas, pacificou vários destes grupos, chamados os Tupi-Kawahib do Alto Rio Machado (Ji-Paraná). Foi atacada por outros índios, os que resistiram ao contato, todas as vezes que se penetrou em seu vasto território.

A maioria destes grupos Tupi-Kawahib contatados pelos militares liderados por Rondon, os que aceitaram o contato desapareceram, vitimados por doenças, dissensões internas e desagregação da vida tribal, conforme a descrição de Levi-Strauss (1948, 1955).

Mesmo os que recusavam o contato, e permaneciam refugiados nas nascentes do sopé das serras, sobreviveram em rusgas e correias. O após-guerra, com a exploração da cassiterita na

região, trouxe novos conflitos, massacres e epidemias. O seringaísta Chaves, por exemplo, desafiando sua impunidade, declarou à imprensa ter, em 1948, massacrado 118 índios numa batida nas nascentes do Jamari (A Noite, 1948).

O extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e a FUNAI, que o substituiu, fez várias tentativas para demarcar e proteger estas terras. A enorme extensão do território onde surgiam os índios em confronto, e a pressão dos interesses que pretendiam explorá-lo, impediram a defesa da área. A rodovia BR-29, inicialmente aberta pelo Exército no pós-guerra, agravou a situação. Várias áreas interditadas em favor destes grupos isolados, foram sendo arrendadas a particulares e os índios empurrados mais para o interior das matas. A Colônia Rodolfo Miranda do SPI tornou-se a cidade de Ariquemes e o norte da área do Igarapé Floresta, interditada nos anos 40, foi arrendada a mineradoras.

Com os projetos de colonização da década de 70, e o asfaltamento da rodovia BR-364, novo surto de conflitos. Em 1979, os índios atacam uma família de colonos, raptam uma criança e matam dois seringueiros. O governo finalmente interdita uma ampla área, mas deixa desprotegido o Igarapé Floresta onde estavam algumas malocas. Em 1983 os índios matam ali um colono. Afinal, em 1985 o governo cria uma grande área de proteção permanente, em convênio entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF e a FUNAI). O objetivo era dar proteção aos índios isolados, às florestas, fauna e flora, e às numerosas nascentes em torno às serras. A área seria protegida com recursos do Polonoroeste, numa ação conjunta entre várias instituições federais e estaduais, inclusive um pelotão florestal.

Hoje está evidente que a área de proteção conjunta, dos índios Urueuauau e Parque Nacional de Picaás-Novas (IBDF) é

apenas letra morta, apesar da assinatura da Presidência da República. A própria FUNAI encarregou-se de lotear seus recursos naturais, vendendo madeira para exportação com contratos ilegais e fraudulentos, obviamente, sem consultar os índios isolados na floresta, e desrespeitando o caráter de preservação permanente do decreto-lei presidencial. Apesar de a administração do presidente da FUNAI, Romero Jucá, estar sendo investigada por corrupção pelo Tribunal de Contas da União, e pela Procuradoria Geral da República, um importante lobby de empresas mineradoras, madeireiras e agropecuárias, o mantém na direção da agência indigenista oficial.

Um dos contratos assinados por Romero Jucá foi celebrado com uma madeireira que já estava devastando a área, denominada Cometa. A FUNAI troca a madeira, subestimada em um décimo de seu valor de mercado, por obras da própria instituição, previstas e orçamentadas no Programa Polonoroeste. Um dos principais sustentáculos do presidente da FUNAI - que jamais teve experiência com índios, nem sua equipe - é o Conselho de Segurança Nacional. Dominados por uma visão integracionista e fantasiosa, os militares temem que tais minorias dizimadas possam reivindicar estados autônomos na fronteira amazônica.

A partir de 1981, sertanistas da FUNAI entraram em contato com alguns grupos Urueuauau. Todos os que aceitaram o contato foram novamente dizimados pela doença. O grupo de Mondava, por exemplo, que em 1983 foi estimado em 180 índios durante a sua primeira visita ao posto da FUNAI, estava reduzido a 49 sobreviventes em 1987. Em 1986 registraram-se vários conflitos com mineradoras e madeireiras, com 10 vítimas entre os invasores flechados pelos índios na área, como as relativas a conflitos no rio Manoel Correia em 1985, que chegaram ao conhecimento da Polícia Federal de Rondônia.

Hoje está a cada vez mais evidente que a área conjunta Parque Nacional de preservação e A.I. Urueuauau não resistirá à pressão de múltiplos interesses econômicos. O próprio governador do Estado, Jeronimo Santana (PMDB), pede a sua diminuição, exatamente onde se concentram os índios e os postos da FUNAI. As eleições municipais estimulam a impunidade dos invasores. Há inclusive um grupo isolado fora da área formalmente decretada, exatamente no Igarapé Muqui, onde Claude Levi - Strauss visitou os Tupi-Kawahib nos anos 30. Centenas de colonos estão sendo assentados na área, vindos do sudeste do País!

IGARAPÉ OMERÉ

Em situação mais difícil ainda se encontram os grupos isolados dispersos em pontos mais longínquos de Rondônia e Norte de Mato Grosso, atingidos pelas estradas secundárias da malha da rodovia BR-364. Um exemplo é o dos índios que se encontram no Igarapé Omeré, afluente do Corumbiara, na bacia do Guaporé, perto da fronteira com a Bolívia. Entraram em choque com madeireiras e agropecuárias que avançavam sobre suas terras. Segundo denúncias de peões de uma das fazendas, foram fuzilados pelos jagunços. Alguns sobreviventes ainda são vistos na região. A FUNAI interditou a área, e após investigações superficiais, liberou-a, premiando os invasores, que a estão arrasando a trator e moto-serra, exportando mogno e abrindo pastagens (Valadão, 1986).

Há vários outros grupos nesta situação no Vale do Guaporé. Um deles, provavelmente Tupi-Mondé, parecia protegido pela Reserva Biológica do Guaporé. O prefeito e os vereadores do novo município de Alta Floresta estão estimulando ocupação do Vale, e da Reserva, com vistas a aumentar o eleitorado, apesar dos vestígios dos índios. Durante a marcação de um projeto de

colonização em Nova Brasilândia, topógrafos e índios encontraram-se no mato, correndo cada grupo para seu lado.

Dezenas de informações deste tipo foram recebidas pela equipe de antropólogos encarregada da avaliação do componente indígena do Polonoroeste. Apesar das pilhas de relatórios, a omissão da FUNAI é total. A maioria destes grupos encontra-se nas franjas menos ocupadas da área de abrangência do Polonoroeste. Ocorre que neste final de década os projetos de colonização ali chegam com surpreendente rapidez.

É o caso dos grupos, também Kawahib, que surgem ao norte de Mato-Grosso. Uma índia era mantida como prostituta há dois anos em fazendas, sem falar o português, quando foi encontrada pela avaliação. Apesar das sólidas informações que fornecem aos intérpretes sobre seus parentes na mata, nada foi feito para proteger suas vidas ou suas terras. Além das fazendas, dos projetos de colonização, a região do Rio Madeirinha, onde se encontram estes índios, é zona de refúgio de traficantes de cocaína expulsos da Bolívia pela pressão da polícia norte-americana.

A pressão da colonização, trazendo massacres e epidemias, joga os índios também uns contra os outros. No final de 1986, os Cinta-Larga mataram nove índios de um grupo isolado ao norte do Parque do Aripuanã. Chamam os outros índios de os "baixinhos".

Salvo alguns lances espetaculares, de tipo cinematográfico, onde sertanistas exibem sua coragem extemporânea de aventurar-se na mata para "pacificar" índios, a ação da política indigenista oficial é nula. São numerosos os casos, de grupos Nambiquara a leste do Aripuanã; Apiacã, no Rio dos Peixes; Aruã, nos afluentes do Guaporé; Caritiana, no Rio Candeias e as

sim por diante.

Tudo indica tratar-se de pequenos grupos que recusam o contato, talvez por terem feito experiências negativas da promiscuidade e violência da frente colonizatória. O fato de serem reduzidos em número apenas diminui seu poder de resposta, diante de jagunços e colonos bem armados. O mais freqüente é que seu requiem seja o solene silêncio da floresta, seguido, em segundo movimento, pelo som das derrubadas dos tratores e motosserras.

O Polonoroeste, o norte de Mato-Grosso e Rondônia, é apenas o começo. A próxima década anuncia-se com dezenas de hidrelétricas na Amazônia. Oito mil quilômetros de estradas estão previstos nos projetos "Transfronteira" e "Calha Norte", apadrinhados pelos militares, que consideram minorias como inimigos potenciais. Há planos da criação de "Polos Minerais", além do avanço da colonização e das madeireiras. Este ano asfalta-se a BR-364 de Porto Velho a Rio Branco, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sem qualquer medida prévia de proteção aos índios, seringueiros e ribeirinhos, menos ainda foram considerados os grupos isolados do Acre e Sul do Amazonas. E a última fronteira, são os últimos sobreviventes dos grandes povos da Amazônia resistindo à horda colonizadora. Onde se esconder? Difícil escolha, entre a cova abaixo do chão e a rendição; em tudo a reprise dos primeiros tempos da conquista.

Nota:

(1) Este artigo está no prelo na revista Ethnies, Droits de l'Homme et Populations Autochtones, Survival International France, 10-11, été-automne 1988 (numéro spécial; Brésil: indiens et développement en Amazonie).

